

Entre objetos e vidas: Explorando a Ética em Museus e Coleções de Patologia

José Guilherme Veras Closs¹, Mariana Matera Veras²,
Jéssica Tarine Moitinho de Lima³

Between objects and lives: Exploring ethics in pathological museums and collections

Introdução

A museologia, campo interdisciplinar de estudo teórico-prático dos museus, tem um papel crucial na preservação, interpretação e exposição de coleções culturais e científicas. Ela envolve a gestão de acervos, a elaboração de exposições, a promoção do acesso público e a consideração de questões éticas inerentes à curadoria e à exibição de objetos. Neste contexto, a ética desempenha um papel fundamental, especialmente quando se trata de coleções de remanescentes humanos em museus de anatomia patológica.

Não é possível tratar do objeto de análise deste artigo sem repassarmos pela conceituação dos termos museu e coleção. Um museu é uma instituição duradoura que não visa o lucro e tem como missão servir à sociedade. Seu propósito envolve pesquisa, aquisição, preservação, interpretação e exposição de elementos culturais, sejam eles materiais ou imateriais. Os museus são espaços abertos ao público, acessíveis e inclusivos, promovendo a diversidade e a sustentabilidade. Eles colaboram com as comunidades, operando de maneira ética e profissional, e oferecem uma variedade de experiências que abrangem educação, apreciação, reflexão e compartilhamento de conhecimento (ICOM, 2023a). Por sua vez, uma coleção consiste em um conjunto de objetos, sejam eles materiais ou imateriais, que são reunidos, classificados, selecionados e preservados por um indivíduo ou instituição em um contexto seguro. Normalmente, as coleções são comunicadas a um público mais amplo, seja em coleções públicas ou privadas. Para ser considerada uma verdadeira coleção, é fundamental que esses objetos

¹ Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). É doutorando pelo programa de Fisiopatologia Experimental do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da USP. Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, Departamento de Patologia, Programa de Pós-graduação em Fisiopatologia Experimental. <https://orcid.org/0000-0002-5496-3270>. joseveras@usp.br

² Coordenadora do Laboratório de Patologia Ambiental e Experimental da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (LPAE-FMUSP). Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, Laboratório de Patologia Ambiental e Experimental. <https://orcid.org/0000-0002-8363-4329>. verasine@usp.br

³ Profa. Doutora no Curso de Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). É doutora em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Preservação de Acervo Científico pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Integra o Laboratório de Pesquisa em Reservas Técnicas na UFPA. Desenvolve pesquisas sobre Museus, Acervos e Patrimônios, com foco na gestão, documentação e comunicação museológica. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Faculdade de Artes Visuais, Curso de Museologia. <https://orcid.org/0000-0002-2481-1225>. jessicatarine@ufpa.br

formem um conjunto coerente e significativo. A natureza institucional e a materialidade dos suportes dos objetos também desempenham papéis essenciais nesta definição (Desvalées & Mairesse, 2013, p.32).

A essência de qualquer coleção está intrinsecamente ligada à noção de patrimônio, já que a preservação e valorização dos objetos ou registros são elementos fundamentais para sua existência e significado. Neste artigo, focamos no conceito central do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, que abrange o legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade em diversas áreas do saber. Isso inclui as dinâmicas das descobertas científicas, o desenvolvimento tecnológico, a educação e a memória das pessoas envolvidas na produção desse conhecimento. Ao longo da história, esses bens podem evoluir e adquirir valores, significados e importância cultural de forma seletiva, emergindo como patrimônio cultural (MAST, 2016).

Fica claro que as coleções desempenham um papel central nas atividades de um museu, cuja missão abrange a aquisição, preservação e valorização desses acervos como parte da salvaguarda do patrimônio científico. Isso significa que as coleções constituem o núcleo das operações museais, pois representam o conteúdo que dá vida à instituição do museu (Desvalées & Mairesse, 2013, p.33). Vale ressaltar que essa importância não se limita apenas a coleções relacionadas a arte e cultura, mas também se estende a coleções de ciência e tecnologia, como as de saúde, que englobam, por exemplo, as de patologia.

As coleções de patologia também possuem um papel crucial no âmbito do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, representando o legado tangível e intangível das descobertas médicas e contribuindo para a compreensão das dinâmicas científicas no campo da saúde.

Esta pesquisa é de suma importância devido à sua análise crítica e aprofundada das questões éticas relacionadas às coleções de remanescentes humanos em museus, com um foco específico na área de anatomia patológica. O artigo destaca a falta de diretrizes éticas uniformes e enfatiza a necessidade de considerar a complexidade dos remanescentes humanos, proporcionando percepções valiosas para o desenvolvimento de políticas museológicas e éticas mais sólidas. Além disso, ressalta a importância da contextualização histórica como um elemento-chave na avaliação ética dessas coleções, lembrando que a ética deve ser compreendida no contexto da evolução histórica.

O objetivo principal deste artigo é uma análise crítica da ética envolvida na preservação e exposição de remanescentes humanos em museus, com ênfase nas coleções médicas de anatomia patológica. A pesquisa busca realçar a complexidade desse cenário, considerando a ausência de diretrizes éticas comuns e o equilíbrio delicado entre a conservação dessas coleções e o acesso a elas. Além disso, argumenta que uma abordagem ética eficaz deve reconhecer a dualidade dos remanescentes humanos, que são simultaneamente objetos científicos e testemunhas de vidas vividas. A contextualização histórica emerge como um elemento crucial na compreensão e na avaliação ética das práticas relacionadas a essas coleções, fornecendo uma base para diretrizes éticas contemporâneas, capaz de promover a reflexão sobre a evolução da ética médica e museológica, enfatizando a necessidade de acompanhar as transformações nesse campo. Para alcançar esses objetivos, utilizamos uma metodologia interdisciplinar que combina pesquisa histórica, análise crítica da literatura acadêmica e reflexão ética. A reflexão ética se baseia na contextualização histórica e nas diretrizes éticas atuais, buscando conciliar a preservação do patrimônio cultural com o respeito à dignidade humana.

Entender a complexidade ética das coleções de remanescentes humanos em museus é crucial para a preservação do patrimônio cultural e o respeito à dignidade humana. Para contextualizar essa análise, examinaremos brevemente a história da patologia e suas relações com o cenário ético atual.

Uma brevíssima história da patologia, museus e ética médica

Para entender o contexto de surgimento dos museus de patologia é imprescindível retomar a consolidação dessa área médica. Sobretudo, no que diz respeito aos espécimes, peças, de anatomia e anatomia patológica, é na história da medicina ocidental dos séculos XVIII e XIX que encontramos o que poderiam ser os primórdios de uma aglutinação sistemática de partes humanas preservadas.

Em consonância com a lógica de surgimento dos museus de história natural, museus anátomo-patológicos tem sua origem vinculada aos exórdios dos gabinetes de curiosidades do século XV (Paluchowski *et al.*, 2016). Todavia, o interesse pelo interior do corpo humano ganha contornos científicos sólidos na metade do século seguinte com a publicação da obra *De Humani Corporis Fabrica* (1543) de Andreas Vesalius, considerado o precursor da Anatomia Moderna. Paluchowski *et al.* (2017) identificam na virada do século XIX o surgimento de museus anátomo-patológicos, enfatizando que, somente com o desenvolvimento da patologia no final do século XVIII, as coleções começaram a se distinguir por conta de seus respectivos programas de pesquisa. Russell C. Maulitz (1993) reconhece que, entre os historiadores da medicina, existe um consenso de que nesse período houve certa moda médica de elitização do ofício cirúrgico, bem como o recrudescimento da atividade econômica baseada em hospitais e uso do recurso anatômico representado pelos cadáveres. Nesse movimento, hospitais-armazéns começaram a despontar como centros de ensino de anatomia mórbida permitindo, justamente, o florescimento de museus de patologia através de um impulso classificatório clínico e museológico de compilação de peculiaridades e órgãos para a interrogação visual (Maulitz, 1993).

Segundo Foucault (2003), a anatomia patológica teria nascido de uma história das alterações comuns a cada sistema do organismo. No século XVIII, a preocupação do olhar clínico já não estava mais centrada na ameaça de morte profetizada pelas doenças. Em vez disso, as condições de iluminação ambiental permitiam aos olhos humanos investigar a constituição anatômica. Não à toa, é Foucault mesmo quem exorta: “*Open up a few corpses: you will dissipate at once the darkness that observation alone could not dissipate*” (Foucault, 2003, p.180). Isso significa que, pelo fato das patologias serem tão antigas e portadoras de histórias, geografias e variações quanto os próprios organismos onde se manifestam, sua inscrição nos corpos é passível de uma leitura retrospectiva cuja materialidade poderia ser conservada em espécimes.

Para Robert Baker (1993) é nesse mesmo século XVIII que desponta o desejo de codificação da ética médica. Apesar da conhecida influência canônica dos projetos do direito natural, utilitarismo e moralidade dos sentimentos de autores como John Locke, Jeremy Bentham, Francis Hutcheson, David Hume e Adam Smith, a codificação de um protocolo ético, no entanto, viria por meio dos trabalhos de Percival, entre 1794 e 1803, quando da publicação de seu *Medical Ethics*: um verdadeiro amálgama da experiência prática com considerações legais, médicas, filosóficas e, também, teológicas munido da proposta de John Gregory sobre compreender a doença baseada em um certo paternalismo médico em relação ao paciente (Baker, 1993).

A designação do ofício tem um papel preponderante neste ponto. A virada para o século XIX viu estabelecer-se uma codificação ética pautada na relação entre médicos e pacientes em um acordo tão tácito que, como aponta Baker (1993), estudiosos do século XX prestaram mais atenção ao juramento de Hipócrates enquanto base ética enquanto o código de Percival ficou relegado à mera etiqueta.

A organização de diversas coleções com caráter didático ao longo da transição do centro de gravitação da prática anátomo-patológica da França para a Alemanha (Gulczyński *et al.*, 2018) está marcada sobretudo pela atuação de Karl von Rokitansky – conhecido por suas contribuições na estruturação das técnicas de necropsia – destacando a estreita relação entre museus e coleções anátomo-patológicos, a história da autópsia e seu contexto educacional. Entre 1840 e 1860, a fusão da histologia e anatomia patológica teve um grande avanço com figuras

proeminentes como Johannes Muller e seu aluno Rudolf C. Virchow. Este, considerado o fundador da patologia celular, rejeitando a ideia de células livres e geração espontânea de células em função de uma teoria da continuidade celular frente a um Rokitansky humoralístico em sua prática, logrou a vitória política de estabelecer as bases para a patologia como uma especialidade independente na medicina (Maulitz, 1993).

Ao longo dos quase cinco séculos que sucederam a obra de Vesalius, a história desses museus e coleções pode ser dividida em várias etapas (Gulczyński *et al.*, 2018): a criação da anatomia moderna no renascimento – indo da publicação da *Fabrica* de Vesalius (1543) até a *Sepulchretum sive anatomia practica* de Théophile Bonet, em 1679; a era do registro e coleção de espécimes representada, sobretudo, pela publicação *De sedibus et causis morborum per anatomen indagatis*, em 1761, por Giovanni Battista Morgagni; a transição, na virada dos séculos XVIII e XIX, de teorias especulativas para experimentos e pesquisa baseada em evidências clínicas – sobretudo, denotando a consolidação de necrotérios e salas de autópsia vinculadas à universidades e hospitais e sua conseqüente reunião de múltiplas coleções anátomo-patológicas; e, por fim, a chegada do século XX testemunhou a transição da patologia enquanto base para diagnóstico clínico e nosológico para uma área independente da anatomia e especialidades clínicas, demandando coleções didáticas específicas para seu ensino e demais propósitos educacionais.

Após Virchow, a trajetória da patologia tornou-se mais complexa, desdobrando-se em áreas subsidiárias como a patologia fisiológica e a patologia química. Como Maulitz (1993) destaca, nomes como Claude Bernard, em meados do século XIX, já observavam o surgimento de laboratórios notáveis. Essa expansão levou a uma patologia experimental que, posteriormente, se integrou a uma lógica clínico-farmacêutica industrial. Visitantes dos setores de patologia de hospitais do século XX *“were much more likely to encounter vast banks of ‘autoanalyser’ equipment used to measure urea, glucose, and liver enzymes, than they were to espy organs in bottles”* (Maulitz, 1993, p.188).

Como reconhecem Gulczyński *et al.* (2018), é impossível descrever e listar todos os museus e coleções de patologia da Europa. Ainda hoje, algumas instituições continuam expandindo suas coleções por meio do trabalho de patologistas e anatomistas vinculados à serviços de autópsia em hospitais e universidades à maneira da consolidação dessas coleções nos dois últimos séculos (Closs *et al.* 2023). No entanto, a história dessas coleções é frequentemente marcada por questões éticas alarmantes. No século XX, os parâmetros éticos atingiram níveis críticos. Após o Tribunal de Nuremberg, em 1946, a definição dos Dez Princípios, conhecidos como o Código de Nuremberg para experimentação em seres humanos, destacou o princípio de Claude Bernard de evitar qualquer experimento prejudicial, mesmo que promissor para a ciência. Além disso, o *Physician's Oath* em Genebra (1948) adaptou o juramento hipocrático aos novos valores culturais, especialmente em relação à raça, religião, nacionalidade, partidarismo político e classe social, em resposta às experiências eugenistas, racialistas e políticas de extermínio sistemático.

Todavia, é imprescindível ter em vista que tratamos aqui de uma variação deste tipo de coleção. Assim como lembram Gulczyński *et al.* (2018), ao longo dos séculos, coleções de anatomia patológica se formaram a partir de salas de autópsia, o que, por sua vez, em um contexto recente de reaparecimento de doenças consideradas extintas, têm retomado justamente o caráter de arquivo e/ou biblioteca, dos museus de patologia, sobretudo, vinculados ao interesse de pesquisa que a dimensão material dos espécimes ainda pode oferecer às análises moleculares.

Ao entender o contexto de sua origem, podemos começar a identificar abordagens éticas para as coleções de patologia. No século XX, com o advento dos diagnósticos por imagem, a autópsia e as coleções resultantes das dissecações também foram vistas como obsoletas ou, no melhor dos casos, como curiosidades históricas. Atualmente, é comum encontrar trabalhos que

abordam os desafios enfrentados por museus e coleções de patologia, especialmente devido à perda de relevância como locais de treinamento e pesquisa médica (Ahren, 2013).

Ética em museus e coleções de patologia

Tendo em vista toda a complexidade do contexto do qual emergem estas coleções, sobretudo da patologia, por mais que o questionamento sistemático de remanescentes humanos em museus já tenha algumas décadas de existência, preponderantemente para contextos coloniais e coleções arqueológicas (Stutz, 2023), recentemente, essas preocupações têm se expandido para as práticas museológicas em relação às coleções “humanas” e suas diretrizes éticas incluindo coleções médicas (Bouchard, 2020; Clegg, 2020; Licata *et al.*, 2020; Lenk, 2021).

A musealização de coleções de patologia vai além da preservação e exibição de objetos, incluindo a manutenção das informações e histórias representadas. Os corpos nessas coleções se tornam documentos complexos, carregando diversos significados, como descobertas médicas, histórias de vida e, por vezes, experiências de sofrimento (Loureiro & Loureiro, 2013). As questões éticas relacionadas a esses corpos musealizados são complexas e sensíveis. A museologia desempenha um papel crucial ao oferecer um espaço para a exploração e discussão dessas questões, permitindo uma reflexão profunda sobre o papel dessas coleções na cultura e na ciência contemporâneas. A interseção entre o documento e a musealização apresenta o desafio de equilibrar a preservação do conhecimento com o respeito à dignidade e à memória daqueles representados nessas peças musealizadas.

Propostas de categorização para coleções de remanescentes humanos geralmente apontam agrupamentos em áreas arqueológicas, históricas, científicas, religiosas, etnográficas e estéticas (Page, 2011). Em todos os casos, é estabelecido um vínculo instável entre pessoas e objetos. Quando entram no ambiente museológico, ocorre uma troca de valores no processo de musealização, resultando em uma interpretação desses remanescentes como objetos científicos. A interpretação de um corpo-testemunho confere uma dimensão institucional à materialidade, conferindo à morte um status de fato político (Jenkins, 2011).

Tiffany Jenkins (2011) destaca a análise foucaultiana sobre o cadáver como uma fonte de "verdade" sobre a morte, que resultou no corpo adquirindo uma dimensão documental e se aproximando do estatuto de objeto no contexto do mecanicismo iluminista. Jenkins argumenta que a exibição democrática do corpo humano não será possível enquanto as coleções de remanescentes humanos permanecerem sob a tutela do discurso médico, que historicamente levantou questões éticas e restringiu o acesso ao conhecimento sobre o corpo fora do círculo médico desde 1830 (Jenkins, 2011). Nesse sentido, um lugar comum para aqueles que se debruçam sobre a ética acerca de remanescentes humanos em coleções é a ausência de diretrizes comuns.

O *International Council of Museum* (ICOM) tem seu Código de Ética (2017) largamente citado como base para esse assunto, além do Código de Ética para Museus de História Natural (2013), juntamente com outras determinações e documentos como: as designações do *Department for Culture, Media and Sport* (DCMS) do Reino Unido, leis como o *Human Tissue Act* (2004); a declaração da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, de 2005 sobre biopolítica e direitos humanos; declarações de associações como a *American Association of Physical Anthropologists*, *British Association for Biological Anthropology and Osteoarchaeology*, *British Ethnographic Society*, *American Academy for the Advancement of Science*; além de acordos históricos como o *Native American Graves Protection and Repatriation Act*, de 1990, e o *Vermillion Accord on Human Remains* adotado pelo *World Archaeological Congress*, em 1989.

No caso brasileiro, pouca legislação existe neste sentido. Além dos conhecidos artigos 211 e 212 do código penal, de 1940⁴, que versam sobre a ocultação, destruição e vilipêndio (desvalorização, desprezo) ao cadáver, recentemente, foi publicado o Ofício Circular Nº 26/2022/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS⁵ pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). No documento, cinco tópicos abordam a adequação da guarda, transferência e a necessidade de aprovação pelo Sistema CEP/Conep para pesquisas envolvendo corpos ou peças anatômicas humanas. Conforme o legista e especialista em ética médica Daniel Muñoz (2003), no Brasil, crimes contra o sentimento religioso e crimes contra o respeito aos mortos são categorizados como espécies do mesmo gênero. Isso coloca os familiares como, em geral, detentores dos direitos sobre o corpo. Para qualquer procedimento, incluindo a produção de peças de anatomia patológica, é necessária a obtenção de autorização por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Na busca por uma melhor compreensão dos remanescentes humanos, a bioarqueóloga Liv Nilsson Stutz (2023) parece indicar um caminho promissor. Reconhecendo essa ausência de especificidade nas diretrizes éticas, museus e coleções estariam duplamente pressionados pelas demandas de conservação e promoção de acesso. Sobretudo, para coleções médicas de anatomia patológica a noção de que *“a fragmented anonymous rib is not likely to elicit the same response as a baby in a jar”* (Stutz, 2023, p. 1064) leva esse problema à um caminho mais estreito ainda. De um lado teríamos o refúgio da ética e discurso médico. Do outro, o arriscado caminho representado pela impossibilidade de estabelecer uma expografia aceita por todos. Neste último, a ameaça constante da objetificação e desumanização e o incentivo de instituições como o ICOM para que museus desenvolvam suas próprias políticas sobre remanescentes humanos (Lenk, 2021) criam um contexto de indicações pouco específicas. A solução, nas palavras de Stutz (2023) se dá de modo que *“Instead of standardized ethical solutions, we need standardized processes that allow us to address the complexity of old human remains”* (Stutz, 2023, p.1071). Se a solução seria compreender remanescentes humanos tanto como documentos quanto “vidas vividas” em padronizações processuais que abordem a complexidade dessas questões, então, quais seriam os meios para tal?

A socióloga britânica Gianna Bouchard (2020), advogando em direção de uma particular subjetividade médica introduzida no cotidiano pela prática expositiva, utilizou o termo *“specimenhood”* para designar a exposição de corpos patologizados na arena pública como forma de educação, influência e entretenimento. Nesse processo a *‘performance’* da prática expositiva teria papel preponderante em relação aos resultados de disciplinamento do indivíduo (Bouchard, 2020). Em relação à ética, uma vez reconhecidos os valores intrínsecos aos espécimes em relação às técnicas de preparo e atividade museológica do passado – valendo ressaltar as recentes técnicas laboratoriais em direção a um bio-naturalismo que reconhece no corpo um arquivo biológico irreproduzível sobre a história biológica humana (Licata *et al.*, 2020) –, estaria na ideia de ‘transgressão’ a fonte de problemas para o trato deste tipo de coleção. Muito mais próxima de um apagamento de limites conceituais ou físicos, essa transgressão articula-se dentro da história dessas coleções de modo que desde a definição do *Anatomy Act*, em 1832 – considerado um marco na história das coleções anátomo-patológicas por legislar a designação de cadáveres para práticas médicas de ensino e pesquisa –, teve início o processo de cisão entre os estatutos de pessoa e objeto a partir do cadáver (Bouchard, 2020). Nesse sentido, em termos foucaultianos, o ‘olhar clínico’ através da disciplina pedagógica do cadáver-objeto teria nos espécimes o resultado material do controle da utilidade, eficiência e inteligibilidade dos corpos,

⁴ BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

⁵ Disponível em:

https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Oficio_circular_26.pdf.

Acessado em: 03 outubro 2023.

ou seja, do biopoder, oriundo da autoridade médica (Bouchard, 2020). Nos quatro pontos definidores de transgressão apresentados, parece ser justamente a modulação dos contextos originais – verdades, regras, valores morais e ontologias – o ponto inicial de problematização ética. Como aponta a antropóloga brasileira Renata Montechiare (2022), é imprescindível desvincular a patrimonialização de objetos-humanos de um trágico mal-estar ocasionado pela objetificação, no espaço delimitado do museu, garantindo que mesmo “*apesar de sua morte, [remanescentes humanos] continuam titulares de direitos que dizem respeito a seu corpo morto*” (Montechiare, 2022, p.184).

Em termos práticos, questões relacionadas à bioética articulam-se em uma recente discussão ética nascida do confronto entre a longa prática de exposição de corpos humanos em contexto científico frente aos novos questionamentos a respeito da legitimidade de guarda, repatriação, a própria exposição e o discurso pedagógico-científico (Licata *et al.*, 2020). O pertencimento, a fala, a representatividade e a dignidade sobre corpos humanos, nesse contexto, apontam para uma multiplicidade de significados e usos. Dessa forma, nos aproximamos de um crescente consenso entre os pesquisadores da ética sobre remanescentes humanos de que é a contextualização histórica (Licata *et al.*, 2020; Lenk, 2021; Montechiare, 2022) dessas coleções a base sem a qual não é possível discernir eticamente sobre o que é feito com remanescentes humanos.

Ao longo dos quase cinco séculos que nos separam da consolidação da anatomia moderna, e até mesmo antes disso, muitos anatomistas e pesquisadores perpetraram procedimentos que hoje consideraríamos nada éticos, todavia, condená-los seria demasiado anacrônico. Para as coleções mais recentes, essa percepção também é aplicável. Atualmente parece se impor um certo “paradigma da doação” (Jones, 2019, p.82) de modo a deslocar a tradição de se utilizar corpos não reclamados e priorizar o consentimento. Ainda assim, fica o questionamento sobre as coleções cujos registros, ou sua inexistência, não suprem essa demanda. Na ausência desses dados, quatro opções parecem ter sido as mais usuais para as coleções anátomo-patológicas: o desfazimento, o uso para ensino, o uso para pesquisa e o simples armazenamento sem utilidade alguma (Jones, 2019). Evitar o anacronismo é um dos cuidados primários do fazer historiográfico. Evitar considerações teleológicas é outro. Nesses termos, quando tratamos de coleções produzidas em contextos históricos tão diversos quanto aqueles representados pelos remanescentes humanos, como decidir eticamente entre essas quatro opções?

A bioantropóloga Margaret Clegg (2020) propõe uma subdivisão para as mortes arquivadas em coleções de remanescentes humanos da seguinte maneira: recém-mortos; recentemente falecidos; mortos há muito tempo; e mortos antigos. Nesse recorte, teríamos então as balizas históricas mínimas necessárias para entender os contextos de formação das coleções e das pessoas representadas nelas. Todavia, o anacronismo é uma via de mão dupla. Assim como não podemos esperar uma adequação aos parâmetros éticos atuais de coleções formadas em tempos nos quais as noções de direitos humanos não estavam suficientemente difundidas e aceitas, não podemos, por esse mesmo simples fato, nos ausentar da obrigação de atuar em função das orientações dos direitos e da dignidade humana. Buscando a conciliação entre diretrizes éticas atuais e contextos diversos de formação de coleções, ainda encontramos dificuldades em se atribuir a mesma dignidade dos vivos aos remanescentes humanos (Palop & Currás, 2019). Para além do questionamento a respeito da aplicabilidade de conceitos éticos universais em sistemas culturais vedados à esses próprios conceitos, a morte presente e a morte antiga ainda operam como uma fronteira de desumanização pelo apagamento sistemático da autonomia humana por suas faculdades racionais, para empregar termos kantianos. Palop e Currás (2019) apontam que a resposta está, dessa forma, na proposta heideggeriana de recusa ao estatuto de “senhor de tudo” auto atribuído pelo ser humano a si próprio. A vontade de transcender nossa finitude da existência biológica através de práticas como a literatura, a arte, a

história e, também, a patologia, revela como qualquer prática que opere contra o ‘esquecimento’ é uma prática moral *“that gives back dignity to the human being and reminds them its original truth: that the human being is a temporary being that wishes to transcend their primary limitations”* (Palop e Currás, 2019, p.34). É, portanto, muito mais uma questão de demarcação cultural para a orientação ética de coleções de remanescentes humanos do que meramente uma demarcação temporal. Todavia, segue o constante aviso exortado pela história da própria ética médica: as coisas mudam o tempo todo.

A historiadora Juliana Schmitt (2023) observa que nunca poderemos elaborar conclusões sobre a nossa própria morte, pois *“a experiência da morte é social, obtida ao testemunhar a morte de outrem ou suas representações”* (Schmitt, 2023, pp.32-33). Nesse sentido, entendemos o preponderante papel das coleções de anatomia patológica enquanto os registros mais fiéis à materialidade de nossos testemunhos sobre a morte, problematicamente, entendida como “natural”. A diretora do Instituto de Anatomia Patológica e Patologia Molecular da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Dra. Lina Rodrigues, em entrevista ao National Geographic de Portugal (Campos e Rosa, 2023) reconhece a obrigação histórica de respeitar o legado dessas coleções, outrora pessoas, que celebram a história, memória e identidade de parte de uma cultura em suas complexas relações com as manifestações patológicas humanas. É justamente em exemplos como estes, de entendimento da correlação de nossas relações sociais com a morte, somadas ao dever ético de contextualizar historicamente essas mesmas relações, que residem as bases para direcionamento, e constantes redirecionamentos, efetivamente éticos para coleções de remanescentes humanos.

Considerações finais

Esta análise abrangeu a evolução histórica das práticas de colecionamento de remanescentes humanos, os desafios éticos contemporâneos que surgem com o avanço da ciência e da museologia, bem como a importância de uma abordagem ética que leve em consideração o contexto cultural e social em que tais coleções são mantidas e exibidas.

Vale ainda destacar os próximos passos em direção aos avanços nas discussões que permeiam este documento. Desde 2019, o ICOM tem se esforçado para rever seu código de ética. Recentemente, um documento de consulta para os membros⁶ a respeito dos contornos e tópicos principais desta revisão prevê a inclusão de um apêndice listando convenções internacionais relevantes para museus. Sobre tudo para os interesses desta pesquisa, no tópico 3, item “f”, versando sobre indicações para que museus executem seu papel educacional, está indicado que museus devem *“Respect sensitive materials (including ancestral remains, materials of sacred significance, intangible cultural knowledge, etc.) and strive to use them appropriately in virtual or in-person exhibitions, programs, publications, etc”* (ICOM, 2023b). Este esforço do ICOM para revisar seu código de ética, incluindo diretrizes para o respeito e uso apropriado de materiais sensíveis em museus, representa um passo positivo na promoção da ética e sensibilidade em relação ao patrimônio cultural e às questões relacionadas a remanescentes humanos.

Durante o Encontro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Programa de Pós-Graduação em Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, realizado em agosto de 2023, um grupo diversificado de profissionais do setor se reuniu para aprofundar as discussões sobre o Código de Ética do ICOM. Nesse ambiente de reflexão, surgiram várias observações e sugestões para aprimorar o documento. Entre os principais pontos discutidos de interesse deste artigo, destacam-se a necessidade de diretrizes específicas para

⁶ Disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2023/06/Revision-of-the-ICOM-Code-of-Ethics-for-Museums.pdf>. Acessado em: 04 outubro 2023

acervos científicos que incluam espécimes anatômicos humanos e materiais biológicos, a consolidação do Código de Ética Geral do ICOM e o Código de Ética para Museus de História Natural, e a inclusão de uma seção dedicada aos "Restos Humanos" que enfatize o respeito à vida humana dentro desses acervos, com consideração especial para a dignidade humana em todas as culturas. Um documento foi escrito e encaminhado pela coordenação do evento ao ICOM Brasil, visando contribuir para a atualização do código de ética.

Por fim, é fundamental destacar que a responsabilidade de determinar o que constitui uma utilização apropriada ainda recai sobre os próprios museus e coleções. Cabe a essas instituições a difícil tarefa de definir as diretrizes éticas e os propósitos educacionais que orientam a preservação e exposição de remanescentes humanos em consonância com os valores culturais e as expectativas de suas comunidades e do público em geral.

Referências

- ÅHRÉN, E. (2013). Making space for specimens: the museums of the Karolinska Institute, Stockholm. In E. Hallam & S.J.M.M. Alberti (Eds.), *Medical museums: past, present, future* (pp.102-115). London: The Royal College of Surgeons of England.
- BAKER, R. (1993). The history of medical ethics. In R. Porter & W.F. Bynum (Eds.), *Companion Encyclopedia Of The History Of Medicine* (pp. 852-887). Oxfordshire: Routledge.
- BOUCHARD, G. (2020). *Performing specimens: contemporary performance and biomedical display*. London: Methuen Drama.
- BRICEGIRDLE, B. The microscopical tradition. In R. Porter & W.F. Bynum (Eds.), *Companion Encyclopedia Of The History Of Medicine* (pp. 102-115). Oxfordshire: Routledge.
- CAMPOS, A.L., & ROSA, G.P. (2023, 22 de junho). *Uma coleção incrível conta a história da saúde pública no país*. www.nationalgeographic.pt.
https://www.nationalgeographic.pt/ciencia/uma-colecao-incrivel-conta-a-historia-da-saude-publica-no-pais_2351
- CLEGG, M. (2020). Ethical Considerations for Human Remains. In *Human Remains: Curation, Reburial and Repatriation* (pp. 57-67). Cambridge: Cambridge University Press. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781316161654.005>.
- CLOSS, J.G.V., Veras, M.M., MARQUES, K.V. (2023). *Documentação e Conservação do Acervo de Patologia da Faculdade de Medicina da USP*. In A.C.G. Faria et al (orgs), Anais do Seminário Brasileiro de Museologia (pp. 268-284). Porto Alegre: UFRGS Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/5sebramus/wp-content/uploads/2023/09/Anais-config-2.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2023.
- FOUCAULT, M. (2003). *The Birth of the Clinic*. London: Routledge.
- GULCZYŃSKI, J., Paluchowski, P., HALASZ, J., Szarszewski, A., BUKOWSKI, M., & Iżycka-Świeszewska, E. (2018). An insight into the history of anatomopathological museums. Part 2. *Pol J Pathol*, 69(2), 118-127. DOI: <https://doi.org/10.5114/pjp.2018.76695>.
- ICOM - International Council of Museums Brasil. (2023a). Nova Definição de Museu. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em 04 de outubro de 2023.
- ICOM - International Council of Museums Brasil. (2023b). Revision of the ICOM Code of Ethics for Museums. Disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2023/06/Revision-of-the-ICOM-Code-of-Ethics-for-Museums.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2023.

- JENKINS, T. (2011). *Contesting Human Remains in Museum Collections: The Crisis of Cultural Authority*. New York: Routledge.
- JONES, D.G. (2019). The Ethical Awakening of Human Anatomy: Reassessing the Past and Envisioning a More Ethical Future. In K. Squires, D. Errickson, & N. Márquez-Grant (Eds.), *Ethical Approaches to Human Remains: A Global Challenge in Bioarchaeology and Forensic Anthropology*. New York: Springer International Publishing. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-32926-6>
- LENK, C. (2021). Ethical principles for collections containing human remains. In German Museums Association (Ed.), *Guidelines Care of Human Remains in Museums and Collections*. Berlin: German Museums Association.
- LICATA, M., Bonsignore, A., BOANO, R., Monza, F., FULCHERI, E., & CILIBERTI, R. (2020). Study, conservation and exhibition of human remains: the need of a bioethical perspective. *Acta Biomed*, 91(4), e2020110. DOI: <https://doi.org/10.23750/abm.v91i4.9674>.
- LOUREIRO, M.L.N.M., & Loureiro, J.M.M. (2013). Documento e musealização: entretecendo conceitos. *MIDAS* [Online], (1). DOI: <https://doi.org/10.4000/midas.78>.
- MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins (2016). Carta do Rio de Janeiro sobre Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/Carta-do-Rio-de-Janeiro-sobre-Patrimnio-Cultural-da-Cincia-e-Tecnologia.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2023.
- MAULITZ, R.C. (1993). The pathological tradition. In R. Porter & W.F. Bynum (Eds.), *Companion Encyclopedia Of The History Of Medicine* (pp. 169-191). Oxfordshire: Routledge.
- MONTECHIARE, R. (2022). Os museus e seus mortos: ética e ressonância nas exposições de corpos humanos em museus espanhóis. In BRITTO, Clovis Carvalho; QUEIROZ, Marijara Souza (Org.) *O trágico nos museus: perspectivas sobre colecionismo, memória e morte* (pp.159-192). Brasília: Editora da UnB.
- MUÑOZ, D.R. (2003). CONEP Responde. *Cadernos de ética em pesquisa*, IV(12), 12-14.
- PAGE, K.M. (2011). *The Significance of Human Remains in Museum Collections: Implications for Collections Management*. [master's thesis]. State University of New York.
- PALOP, L.T., & Currás, B.X. (2019). The Dignity of the Dead: Ethical Reflections on the Archaeology of Human Remains. In K. Squires, D. Errickson, & N. Márquez-Grant (Eds.), *Ethical Approaches to Human Remains: A Global Challenge in Bioarchaeology and Forensic Anthropology*. New York: Springer International Publishing. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-32926-6>.
- PALUCHOWSKI, P., Gulczyński, J., Szarszewski, A., Siek, B., Halasz, J., & Iżycka-Świeszewska, E. (2016). Insight into the history of anatomopathological museums - Part 1. From casual assemblages to scientific collections. *Pol J Pathol*, 67(3), (pp.207-215). DOI: <https://doi.org/10.5114/pjp.2016.63771>.
- SCHMITT, J. (2023). *Três lições da história da morte*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- STUTZ, L. N. (2023) Between objects of science and lived lives. The legal liminality of old human remains in museums and research. *International Journal of Heritage Studies*, 29:10, (pp.1061-1074). DOI: <https://doi.org/10.1080/13527258.2023.2234350>.